



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2008

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 11, novembro 2008. 35 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em novembro, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 4,3 bilhões, frente a um superávit de R\$ 14,9 bilhões obtidos no mês anterior e superávit de R\$ 4,5 bilhões em novembro de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com déficit de R\$ 50,0 milhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 4,2 bilhões e R\$ 50,6 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central no acumulado até novembro de 2008 atingiu R\$ 91,5 bilhões, equivalente a 3,45% do PIB estimado para o período.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	OUT 2008	NOV 2008	JAN - NOV 2007	JAN - NOV 2008
I. RECEITA TOTAL	65.795,1	55.273,6	551.751,3	647.316,5
I.1. Receitas do Tesouro	52.056,0	41.496,7	430.060,8	505.180,6
I.1.1. Receita Bruta (1)	53.869,0	43.743,4	442.087,2	517.468,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.813,0	-2.246,7	-12.016,3	-12.287,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,1	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.475,7	13.559,2	120.583,5	140.391,1
I.3. Receitas do Banco Central	263,4	217,7	1.107,1	1.744,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.182,9	14.261,4	94.139,0	118.559,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	55.612,3	41.012,2	457.612,4	528.756,9
IV. DESPESA TOTAL	40.747,3	45.337,5	391.734,6	437.236,6
IV.1. Despesas do Tesouro	25.136,1	27.285,3	228.418,2	256.742,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.422,2	12.456,1	103.131,4	114.969,2
IV.1.2. Custeio e Capital	14.517,4	14.723,2	124.896,2	140.877,1
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.297,3	1.581,0	16.823,4	19.317,5
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	836,5	967,9	7.965,8	4.705,0
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.375,4	1.378,4	12.367,6	14.644,1
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.008,1	10.796,0	87.739,4	102.210,5
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.223,0	7.874,7	71.858,3	79.257,3
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	1.785,1	2.921,3	15.881,1	22.953,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	196,6	106,0	390,6	896,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	15.384,9	17.783,9	161.579,3	178.335,3
IV.3. Despesas do Banco Central	226,3	268,3	1.737,1	2.158,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	14.865,0	-4.325,3	65.877,8	91.520,3
V.1. Tesouro Nacional	16.737,0	-50,0	107.503,6	129.878,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-1.909,2	-4.224,7	-40.995,8	-37.944,2
V.3. Banco Central (4)	37,2	-50,6	-630,0	-413,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,78%	3,45%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	4,53%	4,89%
Previdência Social	-1,73%	-1,43%
Banco Central	-0,03%	-0,02%
Governo Central	2,78%	3,45%

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2008/2007**

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	17,32%
Tesouro	17,47%
Previdência	16,43%
Transferências	25,94%
Receita Líquida	15,55%
Despesas	11,62%
Benefícios	10,37%
Pessoal	11,48%
Custeio e Capital	12,80%
FAT	14,82%
Subsídios	-40,93%
LOAS/RMV	18,41%
Outras	16,49%
Custeio	10,30%
Capital	44,53%
PIB estimado	11,97%

No mês, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou queda de R\$ 10,1 bilhões (18,8%), por motivos sazonais: i) recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL em outubro, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro, e arrecadação atípica no setor de combustíveis, também em outubro, decorrente de ganhos obtidos com a desvalorização cambial; ii) recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural em outubro, que elevou a arrecadação da

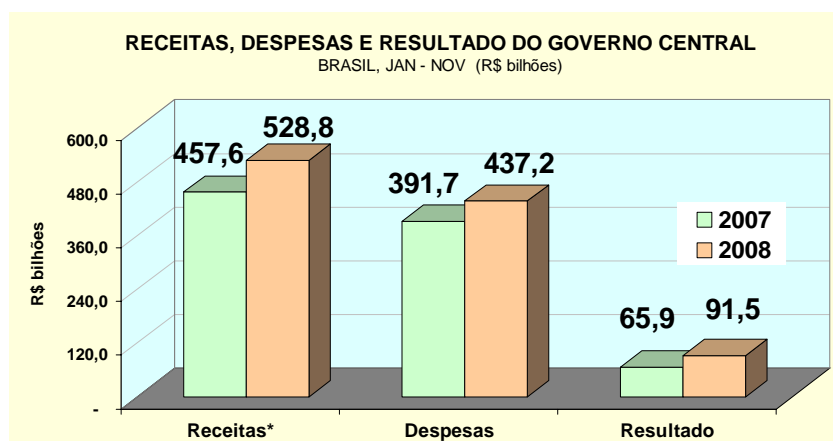
A queda da receita do Tesouro Nacional em novembro, comparativamente ao mês anterior, decorre, principalmente, de fatores sazonais.

cota-parte de compensações financeiras naquele mês. As transferências a estados e municípios – que, em grande medida, têm por base a arrecadação do IR e das compensações financeiras do mês anterior – apresentaram acréscimo de R\$ 4,1 bilhões em novembro (40,1%). Por sua vez, as despesas do Tesouro cresceram R\$ 2,1 bilhões (8,6%), com destaque para o aumento de R\$ 2,0 bilhões (19,5%) nos gastos com pessoal e encargos sociais, principalmente pelo pagamento da Gratificação Natalina (13^o salário) dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. As despesas de custeio e capital aumentaram em R\$ 205,8 milhões (1,4%).

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 4,2 bilhões em novembro, superior em R\$ 2,3 bilhões ao registrado em outubro (aumento de 121,3%). Isso se deve essencialmente ao pagamento da 2^a parcela do abono anual correspondente à gratificação de Natal a parte dos segurados e dependentes da Previdência Social.

No ano, o resultado do Governo Central é 38,9% superior ao obtido em igual período de 2007 (R\$ 91,5 bilhões contra R\$ 65,9 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 2,78% para 3,45% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos estados e municípios, cresceram 3,2% acima do crescimento nominal do PIB no período (11,97%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 0,3%.

PRINCIPAIS VARIÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-NOV)		
DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
Receitas	3,3%	4,8%
Tesouro	3,4%	4,9%
Previdência	3,4%	4,0%
Transferências	2,6%	12,5%
Receita Líquida	3,5%	3,2%
Despesas	2,5%	-0,3%
Benefícios	0,6%	-1,4%
Pessoal	1,4%	-0,4%
Custeio e Capital	6,2%	0,7%
FAT	13,4%	2,6%
Subsídios	22,4%	-47,2%
LOAS/RMV	6,1%	5,8%
Outras	3,7%	4,0%
Custeio	1,9%	-1,5%
Capital	13,1%	29,1%



O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos. Houve crescimento de 20,74% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em

relação aos primeiros onze meses de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram: i) extinção da CPMF e aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro; ii) redução de alíquota da CIDE – Combustíveis incidente sobre gasolina e diesel e aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras, com efeito financeiro a partir de junho; e iii) mudança do prazo de recolhimento do IPI – Automóveis e do IPI – Bebidas de decedial para mensal, com reflexo a partir de julho e de setembro, respectivamente.

Os principais acréscimos na receita de Impostos e Contribuições foram: i) IRPJ (R\$ 16,1 bilhões ou 25,2%) e CSLL (R\$ 9,6 bilhões ou 30,5%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento das empresas, e a arrecadação atípica de R\$ 2,2 bilhões referente a débito de exercícios anteriores; ii) IRRF – Rendimentos do Trabalho (R\$ 8,7 bilhões ou 23,4%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); iii) Cofins (R\$ 18,3 bilhões ou 19,7%), devido ao aumento das importações e do faturamento das empresas. Por fim, as demais receitas cresceram 38,4%, em grande medida pelo incremento de R\$ 3,6 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular, de R\$ 6,4 bilhões na receita de dividendos, e de R\$ 8,1 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevada cotação do preço do petróleo no mercado internacional durante a maior parte do ano.

As transferências a estados e municípios cresceram 25,9% (R\$ 24,4 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (17,5%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,5% contra 4,0% em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 24,8% (R\$ 18,0 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,0%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,4% (R\$ 28,3 bilhões) em comparação com os primeiros onze meses de 2007. O aumento nominal nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de 11,5% (R\$ 11,8 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes às reestruturações de carreiras dos Poderes. No entanto, tais despesas ficaram 0,4% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo que representavam, até novembro de 2007, 4,35% do PIB, situaram-se, no mesmo período de 2008, em 4,33% do PIB.

O crescimento de 17,3% na receita do Governo Central em 2008 decorre da maior lucratividade das empresas e da recuperação de débitos em atraso, que se refletem no crescimento da arrecadação pela aplicação de multas e juros.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/PI/outros)	3,05%	3,40%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,15%	0,15%
Demais	0,69%	0,86%
Total	3,97%	4,47%

¹ Inclui auxílio financeiro

As despesas de pessoal e encargos sociais ficaram 0,4% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	9,63%	9,67%
Pessoal e Encargos	4,35%	4,33%
Custeio e Capital	5,27%	5,31%
Despesas do FAT	0,71%	0,73%
Subsídios e Subvenções ¹	0,34%	0,18%
LOAS/RMV	0,52%	0,55%
Outras	3,70%	3,85%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Por seu turno, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas apresentaram redução nominal de R\$ 3,3 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal rubrica apresentou redução de 0,16 p.p. do PIB, passando de 0,34% em 2007 para 0,18% em 2008. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo dispêndio de R\$ 1,4 bilhão em securitização agrícola em 2007, sem contrapartida em 2008, bem como o acréscimo nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 1,1 bilhão) e diminuição nas despesas do Custeio Agropecuário (R\$ 464,2 milhões).

Até novembro de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,5% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,1% acima da variação do PIB.

O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,73% do PIB para 1,43% do PIB.

No que se refere às Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de 16,5% (R\$ 14,5 bilhões) em relação ao acumulado até novembro do ano anterior, sendo 10,3% (R\$ 7,4 bilhões) referentes a custeio e 44,5% (R\$ 7,1 bilhões) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 1,5% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,1% acima da variação do PIB.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 37,9 bilhões no acumulado até novembro de 2008, contra R\$ 41,0 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 7,4%). A arrecadação líquida passou de R\$ 120,6 bilhões para R\$ 140,4 bilhões (16,4%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 122,7 bilhões para R\$ 144,6 bilhões (elevação de 17,9%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, com impacto positivo na arrecadação de contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 16,8 bilhões (10,4%), atingindo o montante de R\$ 178,3 bilhões. Tal como em meses anteriores, o déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,43%, 0,30 p.p. inferior ao nível registrado em idêntico período de 2007 (1,73%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, MÉDIA JAN-NOV

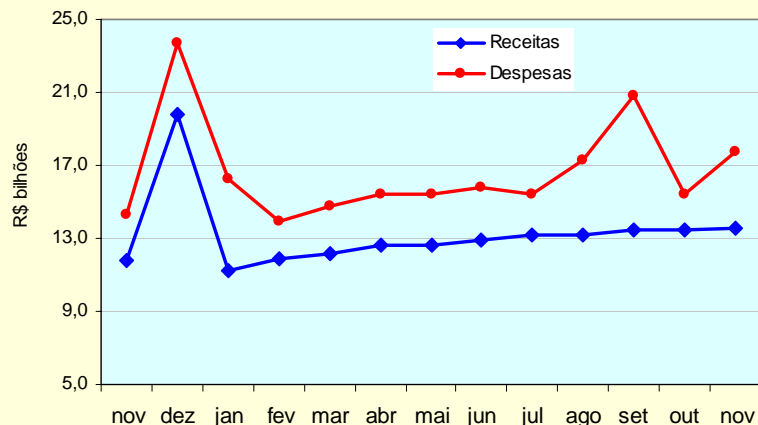
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,4	2,6%
Valor médio RGPS**	610,8	653,7	7,0%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,08%	5,29%
Benefícios	6,81%	6,72%
Res. Primário	-1,73%	-1,43%

**RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, 2007/2008**


A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 43,7 bilhões em novembro contra R\$ 53,9 bilhões verificados em outubro (diminuição de 18,8%). Este desempenho é explicado pela queda de R\$ 4,8 bilhões na receita do IRPJ, e de R\$ 2,7 bilhões nas receitas de contribuições, decorrente, sobretudo, do decréscimo da arrecadação da CSLL e da Cofins, além da diminuição em R\$ 3,9 bilhões da cota-parte de compensações financeiras.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 39,0 bilhões este mês, apresentando um decréscimo de 15,6% em relação ao valor apurado em outubro (R\$ 46,0 bilhões). Esta evolução reflete: i) a queda de R\$ 6,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e da CSLL, em função do pagamento, em outubro, da 1ª cota ou cota única referente à apuração trimestral encerrada em setembro, sem correspondência em novembro, e da arrecadação atípica no setor de combustíveis, em outubro, decorrente de ganhos obtidos com desvalorização cambial; ii) decréscimo de R\$ 185,6 milhões na arrecadação do IPI, impulsionado pela queda na arrecadação do IPI – Automóveis, devido à redução no volume de vendas; e iii) queda na arrecadação da Cofins em R\$ 514,8 milhões.

As demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, totalizaram R\$ 5,0 bilhões em novembro contra os R\$ 7,9 bilhões registrados em outubro, apurando um decréscimo de R\$ 2,9 bilhões (37,1%). Tal desempenho advém da queda de 78,2% na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras, devido à sazonalidade do recolhimento da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural, ocorrida em outubro, sem correspondente em novembro.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em novembro declinou 18,8% relativamente ao mês anterior em função, sobretudo, de fatores sazonais que determinaram a queda na arrecadação do IRPJ, da CSLL e da cota-parte de compensações financeiras.

**RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008 (R\$ Milhões)¹**

DISCRIMINAÇÃO	OUT/08	NOV/08
Impostos	25.660,8	21.126,9
Imposto de Renda	18.167,7	13.987,5
IPI	3.795,2	3.599,6
Outros	3.698,0	3.539,8
Contribuições	20.324,5	17.659,0
Cofins	11.147,3	10.632,5
CPMF	10,3	12,4
CSLL	4.841,7	2.826,6
Cide - Combustíveis	410,0	394,1
Outras	3.915,3	3.793,4
Demais	7.883,6	4.957,5
Cota parte	4.959,0	1.082,2
Diretamente Arrecadada	1.778,8	1.665,2
Dividendos da União	6,7	498,3
Concessões	17,5	10,1
Outras	1.121,6	1.701,6
Total Bruto	53.869,0	43.743,4

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, que impacta fortemente os tributos que têm como base o lucro, por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso e por mudanças na arrecadação do IRRF, do IOF, da CSLL e do IPI.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,5% do PIB, dos quais 9,2% correspondem à arrecadação de impostos, 7,5% a contribuições e 2,8% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 75,4 bilhões (17,1%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 442,1 bilhões para R\$ 517,5 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia, uma vez que o incremento da arrecadação está muito concentrado em tributos que têm como base o lucro, como o IRPJ e a CSLL.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, no ano, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 16,1 bilhões (25,2%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 9,6 bilhões (30,5%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de combustíveis, serviços financeiros, fabricação de veículos automotores, comércio atacadista e metalurgia. Vale destacar também a arrecadação atípica da CSLL em 2008 de R\$ 1,9 bilhão, referente a débitos de exercícios anteriores em contestação judicial, bem como o aumento de 9% para 15% na alíquota desta contribuição, incidente sobre as instituições financeiras;
- elevação de R\$ 13,9 bilhões (21,4%) no IRRF, principalmente devido ao crescimento de 23,4% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento de 15,9% da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e de janeiro de 2007, em conformidade com a regra de transição constante na Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR);
- incremento de R\$ 18,3 bilhões (19,7%) na Cofins e de R\$ 4,8 bilhões (20,0%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de fabricação de veículos automotores, comércio atacadista, metalurgia, construção civil, telecomunicações e combustíveis;
- aumento de R\$ 11,5 bilhões (163,8%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nºs 6.306/2007, 6.339/2008 e 6.345/2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167,0 milhões. Cumpre salientar que contribuiu significativamente

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	190.390,9	244.164,4
Imposto de Renda	141.570,9	173.275,5
IPI	30.241,1	36.345,1
Outros	18.578,9	34.543,7
Contribuições	197.908,8	198.839,1
Cofins	92.860,0	111.152,5
CPMF	32.797,7	1.138,6
CSLL	31.493,6	41.097,9
Cide - Combustíveis	7.281,5	5.570,6
Outras	33.476,0	39.879,4
Demais	53.787,4	74.464,9
Cota parte	16.085,9	24.141,8
Diretamente Arrecadada	17.028,2	20.590,0
Dividendos da União	6.975,9	13.361,3
Concessões	1.157,9	4.736,5
Outras	12.539,6	11.635,3
Total Bruto	442.087,2	517.468,4

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	8,03%	9,20%
Imposto de Renda	5,97%	6,53%
IPI	1,28%	1,37%
Outros	0,78%	1,30%
Contribuições	8,35%	7,49%
Cofins	3,92%	4,19%
CPMF	1,38%	0,04%
CSLL	1,33%	1,55%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,21%
Outras	1,41%	1,50%
Demais	2,27%	2,80%
Cota parte	0,68%	0,91%
Diretamente Arrecadada	0,72%	0,78%
Dividendos da União	0,29%	0,50%
Concessões	0,05%	0,18%
Outras	0,53%	0,44%
Total Bruto	18,64%	19,49%

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

para esse resultado o crescimento do volume das operações de crédito das pessoas físicas e jurídicas, em relação a igual período do ano anterior;

- e) crescimento de R\$ 6,1 bilhões (20,2%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI – Automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno e de mudança de prazo de recolhimento, de decendial para mensal, com impacto a partir de junho; IPI – Outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de fabricação de veículos automotores, de fabricação de produtos de minerais não-metálicos e de metalurgia; e IPI vinculado às importações, decorrente da elevação de 47,3% no valor em dólar das importações tributadas e de 0,7% na alíquota média efetiva do imposto, e da redução de 9,1% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 4,4 bilhões (39,2%) no Imposto de Importação, decorrente da elevação de 47,3% no valor em dólar das importações tributadas e de 3,6% na alíquota média do imposto, e da redução de 9,1% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 1,7 bilhões (13,4%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item Ganho de Capital da Alienação de Bens (participações acionárias) e ao item Declaração de Ajuste; e
- h) redução de R\$ 31,7 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 20,7 bilhões (38,4%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) incremento de R\$ 8,1 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em decorrência dos elevados preços internacionais do petróleo durante a maior parte do ano; ii) crescimento de R\$ 6,4 bilhões na arrecadação de dividendos da União; iii) aumento de R\$ 3,6 bilhões nas receitas de concessões, explicada, em grande medida, pela arrecadação, em março de 2008, relativa a 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio, relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, ambas sem correspondência em idênticos períodos do ano anterior; e iv) aumento de R\$ 3,6 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Demais	53.787,4	74.464,9
Cota parte	16.085,9	24.141,8
Plano do Servidor (CPSS)	6.222,8	7.188,4
Diretamente Arrecadada	17.028,2	20.590,0
Dividendos da União	6.975,9	13.361,3
Pagamento unificado	-	-
Concessões	1.157,9	4.736,5
Outras	6.316,8	4.447,0

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	OUT/08	NOV/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.281,2	9.120,7
CIDE-Combustíveis	276,2	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	812,5	1.595,3
Demais	1.813,0	3.545,4
Total	10.182,9	14.261,4

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

Decêndio	Out	Nov
Terceiro Decêndio	8.905,4	12.772,0
Primeiro Decêndio	2.638,3	3.004,7
Segundo Decêndio	4.213,7	4.204,9
Total	15.757,4	19.981,6

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	72.323,1	90.288,6
CIDE - Combustíveis	1.850,2	1.578,9
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	3.629,6	3.886,4
Demais	16.336,0	22.805,7
Total	94.139,0	118.559,6

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	OUT/08	NOV/08
Pessoal e Encargos	10.422,2	12.456,1
Custeio e Capital	14.517,4	14.723,2
Despesas do FAT	2.297,3	1.581,0
Subsídios e Subvenções ¹	836,5	967,9
LOAS/RMV	1375,4	1378,4
Outras	10.008,1	10.796,0
Transferência ao Bacen	196,6	106,0

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em novembro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 14,3 bilhões contra R\$ 10,2 bilhões em outubro, apresentando um crescimento de R\$ 4,1 bilhões. Concorreram para este comportamento: i) o incremento de R\$ 1,8 bilhão (25,3%) nas transferências constitucionais, como consequência da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de novembro; ii) o acréscimo de R\$ 1,8 bilhão nos repasses de royalties e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, que atingiu R\$ 2,8 bilhões em novembro, contra R\$ 935,1 milhões registrado em outubro; e iii) a transferência de R\$ 1,4 bilhão a título de prestação de auxílio financeiro com o objetivo de fomentar as exportações, de acordo com os critérios previstos na Lei nº 11.793/2008.

No ano, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 24,4 bilhões (25,9%) em relação a igual período do ano anterior, elevando-se de R\$ 94,1 bilhões em 2007 para R\$ 118,6 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 18,0 bilhões (24,8%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período, e pelo acréscimo de R\$ 4,8 bilhões (47,2%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, explicado pelos elevados preços internacionais do petróleo na maior parte do ano.

Em novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 27,3 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (8,5%) relativamente a outubro. As despesas de pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 12,5 bilhões em novembro, apresentando um aumento de R\$ 2,0 bilhões (19,5%) em relação ao mês anterior. Os gastos com custeio e capital tiveram crescimento de R\$ 205,8 milhões (1,4%), sendo R\$ 788,0 milhões (7,9%) na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; R\$ 131,1 milhões (15,6%) em Subsídios e Subvenções Econômicas, não obstante a queda observada nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT no montante de R\$ 716,3 milhões (31,2%).

O crescimento nos gastos com pessoal e encargos sociais decorreu, principalmente, pelo pagamento da 2ª parcela da gratificação natalina (13º salário) aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. As despesas no âmbito do FAT totalizaram R\$ 1,6 bilhão em novembro contra R\$ 2,3 bilhões no mês anterior, queda de 31,2% principalmente em função da redução de R\$ 580,3 milhões nos pagamentos do Seguro Desemprego.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, destaca-se o aumento de R\$ 180,9 milhões nos gastos de subvenções aos Fundos Regionais. Observou-se, por outro lado, redução de R\$ 163,7 milhões nas despesas no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e de dispêndio a menor de R\$ 73,0 milhões com a despesa de Custeio Agrícola.

As outras despesas de custeio e capital atingiram R\$ 10,8 bilhões em novembro, contra R\$ 10,0 bilhões no mês anterior, com variação de R\$ 788,0 milhões. Os principais destaques são o aumento nas despesas discricionárias de R\$ 984,5 milhões e elevação de R\$ 331,6 milhões nos dispêndios com os créditos extraordinários. Quanto à execução das despesas do PPI, passíveis de dedução da meta do superávit primário, estas totalizaram R\$ 896,1 milhões em novembro, apresentando aumento de R\$ 419,8 milhões (88,1%) em relação ao mês anterior.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,67% do PIB, contra 9,63% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 28,3 bilhões (12,4%) em relação a 2007, acima do crescimento nominal do PIB no período (11,97%). Destacam-se os incrementos de R\$ 16,0 bilhões (12,8% ou 0,04 p.p. do PIB) nos gastos com custeio e capital, e de R\$ 11,8 bilhões (11,5% ou redução de 0,02 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Os dispêndios com a folha salarial que representavam 4,35% do PIB, em 2007, passaram para 4,33% do PIB, em 2008, redução de 0,02%. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 3,6 bilhões. Neste valor estão computados precatórios relativos aos Poderes de R\$ 3,3 bilhões, pagos pelas Justiças Federal e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 2,3 bilhões no mesmo período de 2007. Verificou-se o incremento de R\$ 8,0 bilhões nos gastos de pessoal no âmbito do Poder Executivo, decorrente, principalmente, da reestruturação de carreiras dos servidores públicos federais.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,27% para 5,31% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas Outras Despesas de Custeio e Capital (0,15 p.p. do PIB), Benefícios Assistenciais (0,03 p.p. do PIB) e Despesas do FAT (0,02 p.p. do PIB). Estas atingiram R\$ 19,3 bilhões até novembro de 2008, contra R\$ 16,8 bilhões em igual período do ano anterior, crescimento de R\$ 2,5 bilhões (14,8%) comparativamente ao período janeiro a novembro de 2007.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/08	NOV/08
Sentenças Judiciais	14,3	22,2
Legislativo/Judiciário	529,8	441,7
Crédito Extraordinário ¹	233,9	359,0
Projeto Piloto de Investimento ²	476,3	896,1
Outras ³	67,2	95,3
Discricionárias	8.686,7	8.981,6
d/q Min. da Saúde	3.268,0	3.933,2
Min. do Des. Social	1.173,8	1.095,8
Min. da Educação	851,5	955,9
Min. da Defesa	573,1	678,8
Min. da Ciência e Tec.	223,9	341,2
Min. do Des. Agrário	91,4	162,0
Min. da Justiça	150,8	162,7
Min. da Previdência	112,4	120,4
Min. das Cidades	245,1	115,0
Demais	1.996,7	1.416,6
Total	10.008,1	10.796,0

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

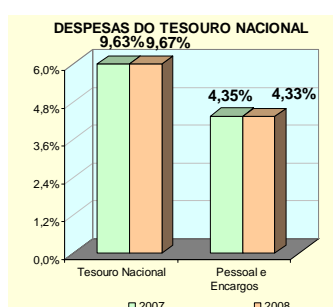
Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Os dispêndios com a folha salarial que representavam 4,35% do PIB, em 2007, passaram para 4,33% do PIB, em 2008, redução de 0,02%.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	9,63%	9,67%
Pessoal e Encargos	4,35%	4,33%
Custeio e Capital	5,27%	5,31%
Despesas do FAT	0,71%	0,73%
Subsídios e Subvenções ¹	0,34%	0,18%
LOAS/RMV	0,52%	0,55%
Outras	3,70%	3,85%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e também do crescente número de beneficiários identificados. Também explica o crescimento das despesas do FAT o reajuste do salário-mínimo, com impacto no valor do seguro-desemprego e do pagamento do abono salarial.


**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-nov/01	1.286.287	-	441.930	-	844.357	-
média jan-nov/02	1.445.600	12%	526.800	19%	918.800	9%
média jan-nov/03	1.625.157	12%	624.313	19%	1.000.844	9%
média jan-nov/04	1.884.166	16%	811.117	30%	1.073.049	7%
média jan-nov/05	2.164.204	15%	997.066	23%	1.167.138	9%
média jan-nov/06	2.381.011	10%	1.127.221	13%	1.253.790	7%
média jan-nov/07	2.565.889	8%	1.234.552	10%	1.331.337	6%
média jan-nov/08	2.799.271	9%	1.354.458	10%	1.444.814	9%

Os investimentos no âmbito do Governo Federal apresentaram crescimento de 44,5% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 22,9 bilhões.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 2,3 bilhões (18,4%) em relação ao acumulado até novembro de 2007. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo e o crescimento da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,4 milhão foi relativo aos idosos e 1,4 milhão, aos portadores de deficiência.

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2007	2008
Agricultura	5.592,2	2.925,6
Custeio Agropecuário	907,3	443,1
Investimento Rural	26,0	28,2
Preços Agrícolas	1.103,4	661,5
- EGF	29,0	7,7
- AGF	-8,3	-233,1
- Sustent. de preços	1.082,7	887,0
Pronaf	825,6	754,5
Pesa	364,1	288,4
Cacau	0,3	0,0
Securitização	1.438,4	0,0
Fundo da Terra/Incra	926,5	730,0
FUNCAFÉ	0,7	20,0
Outros	-19,4	-916,1
Habitação (PSH)	126,8	283,4
FND	-277,7	-1.366,5
Exportação (Proex)	131,5	167,0
Total	5.572,8	2.009,5

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 4,7 bilhões no período de janeiro a novembro de 2008, apresentando redução de R\$ 3,3 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações em relação ao ano anterior foram: i) securitização agrícola, com dispêndio de R\$ 1,4 bilhão até novembro de 2007, sem contrapartida em 2008; ii) custeio agropecuário com redução de R\$ 464,2 milhões; iii) programa de sustentação de preços agrícolas, decréscimo de R\$ 441,8 milhões; e iv) Fundo da Terra, redução de R\$ 196,5 milhões. Por outro lado, houve retorno líquido no âmbito do FND de R\$ 1,4 bilhão em 2008, contra R\$ 277,7 milhões em 2007.

No que se refere a Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de R\$ 14,5 bilhões (16,5%) em relação ao acumulado até novembro do ano anterior, sendo R\$ 7,4 bilhões (10,3%) referentes a custeio e R\$ 7,1 bilhões

(44,5%) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,5% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,1% acima da variação do PIB.

A execução financeira do PPI – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 6,4 bilhões em 2008, contra R\$ 3,7 bilhões em 2007. Considerando o total dos investimentos no âmbito do Governo Federal (Tabela A11), houve um crescimento de 44,5% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 22,9 bilhões, dos quais R\$ 15,7 bilhões relativos a Restos a Pagar e R\$ 7,2 bilhões do orçamento atual com destaque para os projetos: adequação, restauração e reconstrução das rodovias federais, construção de ferrovias, portos e implantação de infra-estrutura urbana e assentamentos rurais.

Em relação ao mesmo período do ano passado, os pagamentos relativos à execução de créditos extraordinários totalizaram R\$ 5,5 bilhões, 19,1% superior ao executado em igual período de 2007. Houve também aumento de 26,8% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 1,5 bilhão até novembro.

Os gastos com custeio e investimento dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 5,0 bilhões, representando incremento de R\$ 682,9 milhões. As despesas discricionárias no período cresceram R\$ 10,6 bilhões (14,5%), acima da evolução do PIB nominal no período (11,97%). Dentre os Ministérios que apresentaram aumento nos dispêndios no acumulado até novembro em relação ao ano anterior destacam-se os da Saúde (R\$ 3,6 bilhões), Educação (R\$ 2,7 bilhões) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 1,7 bilhão).

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 12,3 bilhões, equivalentes a 55,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$ 12,1 bilhões, correspondentes a 62,5% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até novembro, R\$ 6,7 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando percentual de execução de 46,1% do total de RP de investimento inscritos no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 903,5 milhões), Saúde (R\$ 829,4 bilhão), Defesa (R\$ 860,2 milhões) e Cidades (R\$ 747,8 milhões).

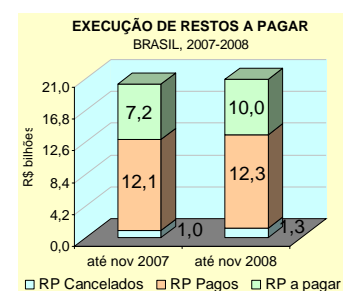
Os principais programas beneficiados nesses ministérios foram os programas Universidade do Século XXI (R\$ 631,7 milhões) e Brasil Escolarizado (R\$ 578,7 milhões); Atenção Especializada em Saúde (R\$ 225,5 milhões) e Saneamento Ambiental Urbano (R\$ 122,1 milhões); Reparcelamento e Adequação da Força Aérea Brasileira (R\$ 523,6 milhões),

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.186,8	1.505,2
Legislativo/Judiciário	4.289,2	4.972,1
Crédito Extraordinário ¹	4.781,7	5.490,6
Projeto Piloto de Investimento ²	3.724,6	6.419,3
Outras ³	739,1	911,6
Discricionárias	73.018,0	82.911,7
d/q Min. da Saúde	31.895,9	35.545,9
Min. do Des. Social	9.840,3	11.516,8
Min. da Educação	6.515,9	9.247,5
Min. da Defesa	4.970,4	5.774,5
Min. da Ciência e Tec.	2.451,7	2.763,6
Min. do Des. Agrário	1.519,6	1.625,9
Min. da Previdência	1.211,8	1.102,4
Min. da Justiça	1.179,4	1.507,8
Min. dos Transportes	1.077,0	1.273,8
Demais	12.356,0	12.553,5
Total	87.739,4	102.210,5

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/09/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo (R\$ 218,5 milhões) e Corredor Nordeste (R\$ 105,3 milhões); Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos (R\$ 1.603,8 milhões), Saneamento Ambiental Urbano (R\$ 501,9 milhões) e Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (R\$ 411,6 milhões).

Previdência Social

Em novembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 4,2 bilhões, superior em R\$ 2,3 bilhões ao registrado em outubro (aumento de 121,3%). Isso se deve essencialmente ao pagamento da 2ª parcela do abono anual correspondente à gratificação de Natal a parte dos segurados e dependentes da Previdência Social. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 37,9 bilhões contra R\$ 41,0 bilhões observados no mesmo período de 2007 (decréscimo de 7,4%).

Em novembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 4,2 bilhões. No período de janeiro a novembro de 2008, o déficit atingiu R\$ 37,9 bilhões, equivalentes a 1,43% do PIB. O déficit do RGPS foi 7,4% abaixo do verificado nos onze primeiros meses de 2007. Em proporção do PIB, o déficit previdenciário caiu 0,30 ponto percentual.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	OUT	NOV	JAN - NOV	
	2008	2008	2007	2008
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	13.475,7	13.559,2	120.583,5	140.391,1
Arrecadação Bruta	15.009,0	15.027,5	133.507,9	156.369,4
- Contribuição Previdenciária	13.899,1	13.813,7	122.682,0	144.618,6
- Simples	970,9	975,9	8.313,4	9.761,4
- CFT	0,0	0,0	636,8	451,8
- Depósitos Judiciais	108,2	209,6	1.356,3	1.253,9
- Refis	30,8	28,3	263,1	283,7
- Outras Receitas	0,0	0,0	256,2	0,0
(-) Restituição/Devolução	-119,0	-61,1	-496,5	-429,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.414,3	-1.407,2	-12.428,0	-15.549,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	15.384,9	17.783,9	161.579,3	178.335,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-1.909,2	-4.224,7	-40.995,8	-37.944,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,73%	-1,43%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - NOV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	120.583,5	140.391,1	16,4%
Benefícios	161.579,3	178.335,3	10,4%
Res. Primário	-40.995,8	-37.944,2	-7,4%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-NOV			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,4	2,6%
Valor médio RGPS**	610,8	653,7	7,0%

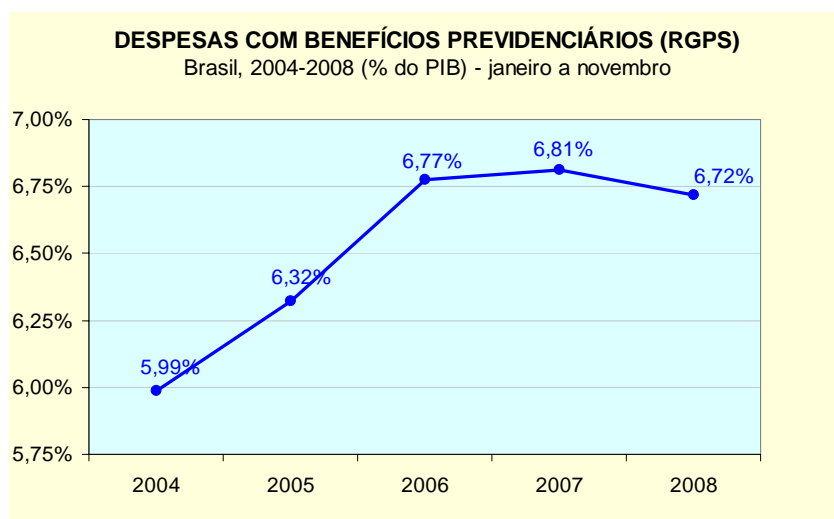
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 13,6 bilhões em novembro, representando elevação de R\$ 83,5 milhões (0,6%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros onze meses de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 19,8 bilhões (16,4%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 122,7 bilhões para R\$ 144,6 bilhões (elevação de 17,9%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007

e outubro de 2008 foi 15,9% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

As despesas com benefícios apresentaram, em novembro, elevação de R\$ 2,4 bilhões (15,6%) com relação ao mês anterior, decorrente sobretudo do pagamento da 2ª parcela do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 6.525/2008, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pela Lei nº 11.665/2008. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo, bem como a totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, receberão no mês seguinte (dezembro) essa última parcela do abono anual. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 16,8 bilhões (10,4%), atingindo o montante de R\$ 178,3 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 42,89 (7,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 568,4 mil (2,6%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a novembro de cada ano. Observa-se que tais despesas reduziram-se, em percentual do PIB, entre 2007 e 2008: de 6,81% para 6,71%.



Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,81% do PIB no acumulado de janeiro a novembro de 2007 para 6,72% do PIB no mesmo período em 2008.

No estoque de benefícios dos onze primeiros meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 537,7

mil aposentadorias (3,9%) e de 180,1 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 162,2 mil benefícios de auxílio-doença (10,7%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

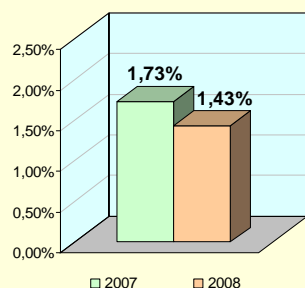
	Em mil benefícios			
	OUT	NOV	JAN-NOV	
	2008	2008	2007	2008
Benefícios do RGPS	22.703	22.723	21.835	22.404
Previdenciários	21.899	21.918	21.083	21.620
Aposentadorias	14.355	14.404	13.620	14.154
Idade	7.438	7.467	7.026	7.326
Invalidez	2.828	2.832	2.737	2.800
Tempo de contribuição	4.090	4.105	3.857	4.028
Pensão por morte	6.243	6.255	5.996	6.177
Auxílio-Doença	1.200	1.161	1.388	1.196
Salário - maternidade	56	54	42	51
Outros	45	45	37	42
Acidentários	804	804	753	784
Aposentadorias	153	153	148	151
Pensão por morte	128	128	129	128
Auxílio - doença	170	171	122	151
Auxílio - acidente	272	273	270	272
Auxílio - suplementar	80	80	84	81

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,21 p.p. em relação ao período de janeiro a novembro do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,09 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,43% do PIB, 0,30 p.p. menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,73%).

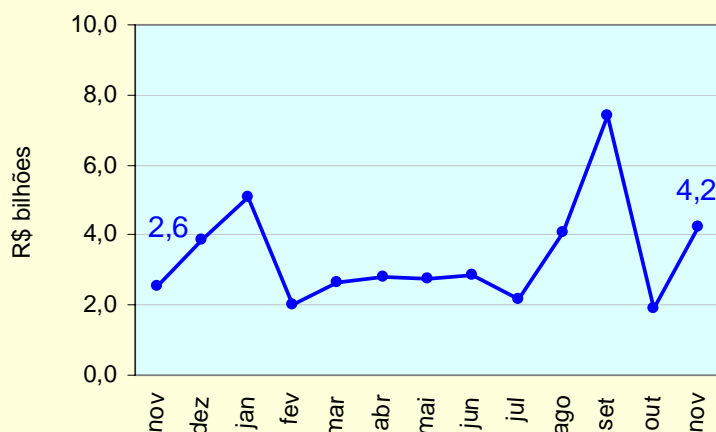
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,08%	5,29%
Benefícios	6,81%	6,72%
Res. Primário	-1,73%	-1,43%

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Nov (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007/2008



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 747,6 bilhões em novembro, o que representou crescimento de R\$ 14,2 bilhões em relação ao mês anterior. Houve aumento de R\$ 30,7 bilhões no estoque total da dívida do Tesouro Nacional, interna e externa, compensado em grande parte pela expansão dos haveres, que encerrou o mês de novembro com um saldo de R\$ 16,5 bilhões a mais do que o saldo do mês de outubro. Em proporção do PIB, o aumento da DLTN foi de 0,4 p.p. em relação ao registrado em outubro.

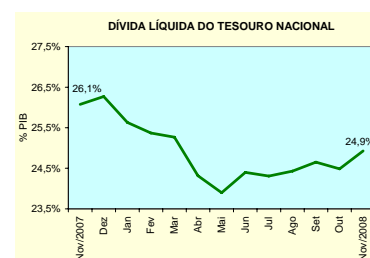
Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 24,9% do PIB, aumento de 0,4 p.p. em relação ao registrado em outubro.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	595.868	614.744	618.082
I.1. Dívida Interna	1.586.366	1.640.491	1.660.274
I.2. Haveres Internos	990.498	1.025.747	1.042.192
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	109.927	118.724	129.556
II.1. Dívida Externa	110.228	119.085	129.984
II.2. Haveres Externos	300	360	428
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	705.796	733.468	747.638
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,1%	24,5%	24,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução de 1,2 p.p. em relação ao PIB, diminuindo de 26,1% em novembro de 2007 para 24,9% em novembro de 2008. Em termos nominais, no entanto, o estoque cresceu R\$ 41,8 bilhões no mesmo período, resultado dos aumentos de R\$ 22,2 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e de R\$ 19,6 bilhões no saldo da Dívida Externa Líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de novembro em R\$ 618,1 bilhões, o equivalente a 20,6% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 3,3 bilhões em termos nominais e 0,1 p.p. do PIB. A variação nominal decorreu do crescimento de R\$ 19,8 bilhões no saldo da dívida interna, compensada em grande parte pela expansão de R\$ 16,4 bilhões nos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

Comparativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB reduziu 1,4 p.p., passando de 22,0% em novembro de 2007 para 20,6% em novembro de 2008.

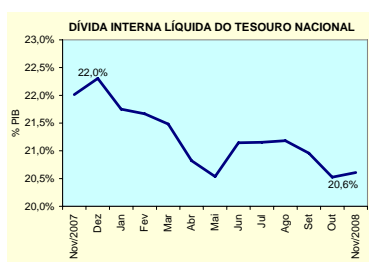


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 NOV	2008 OUT	2008 NOV
I. DÍVIDA INTERNA	1.586.366	1.640.491	1.660.274
I.1. Dívida Mobiliária	1.563.840	1.618.062	1.637.805
DPMFi em Poder do Público ¹	1.219.726	1.226.272	1.244.394
DPMFi em Poder do Banco Central	355.346	410.149	412.006
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(11.232)	(18.359)	(18.594)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.526	22.428	22.468
II. HAVERES INTERNOS	990.498	1.025.747	1.042.192
II.1. Disponibilidades Internas	287.109	233.664	236.973
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	410.182	446.714	452.542
II.3. Haveres da Administração Indireta	188.178	203.994	206.414
II.4. Haveres Administrados pela STN	105.028	141.375	146.262
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	595.868	614.744	618.082
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	22,0%	20,5%	20,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Título	R\$ bilhões		
	2007 NOV	2008 OUT	2008 NOV
DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007/2008			
Em Poder do Público	1.220	1.226	1.244
LFT	425	445	456
LTN	312	224	229
NTN-B	238	293	290
NTN-C	65	58	59
NTN-F	128	163	164
Demais ¹	52	44	46
Aplic. em Tít. Púb.	-11	-18	-19
Na carteira do BCB	355	410	412
Total	1.564	1.618	1.638
% PIB	57,77%	54,02%	54,61%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi aumentou em relação ao mês anterior, R\$ 19,7 bilhões em termos nominais e 0,6 p.p. em percentual do PIB. O estoque em poder do público aumentou R\$ 18,1 bilhões, ao passo que os títulos na carteira do Banco Central cresceram R\$ 1,9 bilhão. Já em comparação com novembro do ano anterior, houve redução de 3,2% em relação ao PIB, passando de 57,8% para 54,6%.

O aumento do estoque de títulos em poder do público decorreu da emissão líquida de R\$ 4,4 bilhões e apropriação positiva de juros de R\$ 13,7 bilhões. Foram R\$ 16,4 bilhões de emissões contra R\$ 12,0 bilhões de resgate. Quanto à carteira do Banco Central, os resgates somaram R\$ 2,2 bilhões e a apropriação de juros totalizou R\$ 4,0 bilhões, não havendo emissão de títulos.

Na carteira em poder do público, os destaques ficaram por conta do aumento de R\$ 11,3 bilhões no estoque de LFT, em decorrência da emissão de R\$ 7,9 bilhões, contra resgate de R\$ 1,1 bilhão e apropriação de juros de R\$ 4,5 bilhões no mês. O estoque de LTN aumentou R\$ 5,4 bilhões, resultante da emissão de R\$ 6,2 bilhões, resgate de R\$ 2,9 bilhões e apropriação de encargos de R\$ 2,2 bilhões. Por sua vez, houve resgate líquido de NTN-B, decorrente dos

Em novembro, a Dívida Interna Líquida tomada em proporção do PIB totalizou 20,6%, inferior em 1,4 p.p. em relação ao ano anterior.

resgates de R\$ 7,5 bilhões e emissão de R\$ 1,6 bilhão, acrescido da apropriação de juros de R\$ 3,1 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, NOV/2008

Título	Saldo Out/08	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Nov/08
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.226,3	16,4	-12,0	13,7	1.244,4
LFT	444,7	7,9	-1,1	4,5	456,0
LTN	223,7	6,2	-2,9	2,2	229,2
NTN-B	293,1	1,6	-7,5	3,1	290,3
NTN-C	58,0	0,0	0,0	0,7	58,7
NTN-F	162,6	0,0	0,0	1,6	164,2
Demais ¹⁴	44,2	0,7	-0,5	1,7	46,1
Na carteira do BCB	410,1	0,0	-2,2	4,0	412,0
Total	1.636,4	16,4	-14,2	17,7	1.656,4

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A DPMFi aumentou em relação ao mês anterior, R\$ 20,0 bilhões em termos nominais e 0,6 p.p. do PIB.

Os Haveres do Tesouro Nacional cresceram R\$ 16,5 bilhões em relação ao mês anterior, ou 0,5 p.p. do PIB. Aumentaram os haveres junto aos Governos Regionais, R\$ 5,8 bilhões, os haveres administrados pela STN, R\$ 4,9 bilhões, as disponibilidades internas R\$ 3,3 bilhões e os haveres da Administração Indireta, R\$ 2,4 bilhões.

No caso dos haveres junto aos Governos Regionais, a expansão verificada deve-se principalmente à correção dos saldos dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, associada à aplicação da atualização monetária nos saldos devedores e da incorporação dos juros conforme previsão contratual.

Por seu turno, a principal explicação para o crescimento observado nos haveres administrados pela STN foi a valorização do dólar ocorrida no mês (10,3%), com impacto nos saldos devedores dos contratos indexados à moeda americana.

Já o aumento dos saldos dos haveres da administração indireta foi reflexo do crescimento de R\$ 1,4 bilhão nas disponibilidades do FAT e expansão de R\$ 1,0 bilhão no patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais e demais fundos.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2007/2008

Discriminação	R\$ bilhões		
	2007		2008
	NOV	OUT	NOV
Lei 9.496/97	281,9	316,2	320,2
MP 2.185/01	43,6	49,4	50,2
Lei 8.727/93	45,1	41,9	41,8
Antecipação de Royalties	13,8	13,0	13,1
Bônus Renegociados	7,6	8,2	9,0
Lei 7.976/89	2,1	1,4	1,4
Demais Haveres	16,1	16,7	16,8
Total	410,2	446,7	452,5
% PIB	15,15%	14,91%	15,09%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2007/2008

Entidade	R\$ bilhões		
	2007		2008
	NOV	OUT	NOV
FAT	125,1	133,6	134,9
Fundos Regionais	38,1	43,9	44,5
Demais	25,1	26,5	27,0
Total	188,2	204,0	206,4

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em novembro totalizou R\$ 129,6 bilhões, contra R\$ 118,7 bilhões em outubro, aumento de R\$ 10,8 bilhões. Em proporção do PIB, o aumento foi de 0,4 p.p., passando de 4,0% no mês anterior para 4,3% em novembro.

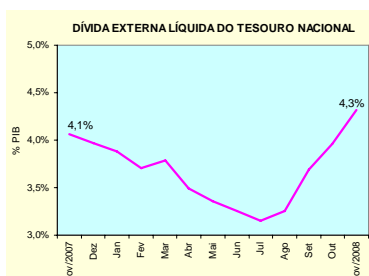
A Dívida Externa Líquida em novembro totalizou R\$ 129,6 bilhões, equivalente a 4,3% do PIB. Esse saldo é superior ao do mês anterior em R\$ 10,8 bilhões, explicado pela depreciação cambial ocorrida no mês.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 NOV	2008 OUT	2008 NOV
I. DÍVIDA EXTERNA	110.228	119.085	129.984
I.1. Dívida Mobiliária	85.615	90.883	99.035
Euro	11.631	10.945	12.133
Global US\$	62.983	69.042	75.872
Global BRL	10.664	10.565	10.664
Demais	337	331	367
I.2. Dívida Contratual	24.613	28.201	30.949
Organismos Internacionais	20.486	23.666	25.865
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.127	4.535	5.084
II. HAVERES EXTERNOS	300	360	428
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	300	360	428
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	109.927	118.724	129.556
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	4,1%	4,0%	4,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Esse aumento decorreu basicamente da expressiva depreciação cambial no período (10,3%), que contribuiu para o aumento da dívida expressa em moeda nacional. O impacto da variação cambial registrada no mês foi de R\$ 11,2 bilhões, além da incorporação de juros de R\$ 816,7 milhões, contra resgate líquido de R\$ 1,1 bilhão. A dívida mobiliária somou R\$ 99,0 bilhões, o que representa 76,2% do total. Por seu turno, a dívida contratual totalizou R\$ 30,9 bilhões, o que corresponde a 23,8% do total.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, NOV/2008

R\$ milhões

Discriminação	Saldo Out/08	Fatores de Variação ¹¹				Saldo Nov/08
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	90.883	-	(701)	712	8.142	99.035
Global US\$	69.042	-	(701)	524	7.007	75.872
Euro	10.945	-	-	87	1.101	12.133
Global BRL	10.565	-	-	99	-	10.664
Demais	331	-	-	2	34	367
Dívida Contratual	28.201	12	(419)	105	3.049	30.949
Org. Internacionais	23.666	12	(364)	82	2.468	25.865
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.535	-	(56)	23	582	5.084
Total	119.085	12	(1.120)	817	11.191	129.984

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 19,6 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 109,9 bilhões em novembro de 2007 para R\$ 129,6 bilhões em novembro de 2008. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,2 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Novembro 2008/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Nov/2007	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2008
I. RECEITA TOTAL	52.552,1	67.121,6	64.569,0	50.116,0	55.681,6	63.541,3	54.830,0	56.207,5	62.844,3	58.451,1	60.006,9	65.795,1	55.273,6
I.1. Receitas do Tesouro	40.627,7	47.081,3	53.226,3	38.065,6	43.408,4	50.766,4	42.038,1	43.132,7	49.488,4	45.128,5	46.373,6	52.056,0	41.496,7
I.1.1. Receita Bruta	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,2	53.869,0	43.743,4
- Impostos	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6	25.660,8	21.126,9
- Contribuições	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2	20.324,5	17.659,0
- Demais ¹	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,2	8.562,1	7.890,4	7.883,6	4.957,5
I.1.2. (-) Restituições	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	11.763,4	19.828,3	11.206,9	11.927,5	12.134,0	12.641,6	12.650,0	12.942,8	13.230,2	13.193,2	13.430,0	13.475,7	13.559,2
I.3. Receitas do Banco Central	161,0	212,0	135,8	122,9	139,2	133,3	141,9	132,0	125,7	129,4	203,3	263,4	217,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.551,4	11.465,8	10.217,4	11.350,3	9.891,9	10.442,0	11.894,4	9.442,9	9.265,8	12.080,6	9.530,0	10.182,9	14.261,4
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4	7.281,2	9.120,7
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	471,6	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0	276,2	0,0
II.4. Demais	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0	1.813,0	3.545,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	43.000,7	55.655,8	54.351,6	38.765,7	45.789,7	53.099,3	42.935,7	46.764,6	53.578,5	46.370,5	50.476,9	55.612,3	41.012,2
IV. DESPESA TOTAL	38.496,6	63.708,2	38.989,1	33.548,4	35.182,9	36.378,7	37.385,2	38.843,9	46.376,8	40.103,1	44.343,8	40.747,3	45.337,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	10.024,7	13.240,5	12.570,9	9.506,4	9.031,8	9.074,9	9.387,7	10.029,8	13.016,3	9.524,0	9.949,1	10.422,2	12.456,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	14.324,1	23.714,2	16.295,8	13.954,8	14.769,9	15.428,8	15.403,5	15.806,1	15.407,5	17.253,5	20.846,5	15.384,9	17.783,9
IV.3. Custeio e Capital	13.899,0	26.396,6	9.900,3	9.901,5	11.128,2	11.628,6	12.369,7	12.783,3	17.706,0	13.088,6	13.130,3	14.517,4	14.723,2
IV.3.1. Despesa do FAT	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4	2.297,3	1.581,0
- Abono e Seguro Desemprego	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8	2.221,1	1.513,1
- Demais Despesas do FAT	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7	76,2	67,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	2.017,4	2.055,1	436,0	173,3	483,3	555,6	326,5	521,3	1.299,0	-1.304,3	410,0	836,5	967,9
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.934,4	1.880,0	231,2	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	240,6	737,2	687,7
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	342,2	169,4	99,3	280,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8	1.375,4	1.378,4
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.957,4	20.868,2	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0	10.008,1	10.796,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	64,6	130,2	23,5	68,2	81,9	74,0	63,3	72,3	68,1	68,2	74,6	196,6	106,0
IV.5. Despesas do Banco Central	184,2	226,7	198,6	117,5	171,1	172,3	161,0	152,4	178,9	168,8	343,2	226,3	268,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	4.504,1	-8.052,4	15.362,5	5.217,3	10.606,9	16.720,6	5.550,5	7.920,7	7.201,7	6.267,4	6.133,2	14.865,0	-4.325,3
V.1. Tesouro Nacional	7.088,0	-4.151,9	20.514,2	7.239,2	13.274,6	19.546,8	8.323,0	10.804,4	9.432,2	10.367,1	13.689,6	16.737,0	-50,0
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7
V.3. Banco Central ⁶	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9	37,2	-50,6
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	0,0	0,0	148,4	143,2	146,3	141,1	138,5	134,4	131,3	70,5	100,5	74,9	0,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	279,5	-635,7	1.194,5	-1.272,3	286,2	-1,1	-772,6	-988,0	441,0	915,1	-1.060,2	-474,3	0,0
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	4.783,6	-8.688,1	16.705,3	4.088,2	11.039,3	16.860,6	4.916,4	7.067,1	7.774,1	7.253,0	5.173,5	14.465,6	-4.325,3
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-7.240,3	-7.169,0	-6.469,2	-10.407,0	-7.795,2	-10.473,1	-10.396,8	-8.214,8	-9.882,8	-5.727,4	-4.160,2	-3.478,8	0,0
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-2.456,7	-15.857,1	10.236,2	-6.318,8	3.244,1	6.387,5	-5.480,3	-1.147,7	-2.108,7	1.525,6	1.013,2	10.986,7	-4.325,3
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3	893,7	1.343,9
RMV ⁴	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7	152,5	151,3

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Nov/2007	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	58.932,5	80.050,6	46.651,1	59.324,0	54.872,4	58.862,3	60.782,1	57.723,1	59.325,6	65.917,3	59.770,2	61.998,8	66.575,9
I.1 - Recolhimento Bruto	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8
I.5 - Receita do Salário Educação	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	60.631,1	59.019,1	67.619,1	47.453,1	51.391,9	53.214,6	56.295,1	60.642,9	64.257,4	49.007,6	54.757,4	48.786,9	67.111,7
II.1 - Liberações Vinculadas	11.408,9	11.978,1	13.810,2	13.733,2	10.994,6	12.436,4	13.907,4	11.332,5	11.274,5	14.217,2	11.648,5	12.292,7	16.506,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3
II.1.4 - Outras Vinculações	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7
II.2 - Liberações Ordinárias	49.222,3	47.041,0	53.808,8	33.719,8	40.397,3	40.778,2	42.387,7	49.310,4	52.982,9	34.790,4	43.108,8	36.494,1	50.605,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.737,7	12.423,1	12.625,0	10.463,3	9.736,1	10.097,9	10.844,6	13.571,6	10.927,0	10.536,2	11.034,5	11.537,9	17.446,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2
i) Dívida Contratual Interna	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1
ii) Dívida Contratual Externa	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	11.220,2	17.525,1	7.173,7	6.007,4	7.869,6	8.693,2	8.249,9	9.678,5	9.241,9	7.743,3	8.549,7	9.548,4	10.400,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-1.698,7	21.031,5	-20.968,0	11.870,9	3.480,5	5.647,8	4.487,0	-2.919,8	-4.931,9	16.909,7	5.012,9	13.211,9	-535,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	21.385,5	16.462,8	24.067,3	34.613,8	21.769,9	23.645,7	18.621,8	38.064,0	21.375,8	19.965,2	8.888,4	10.107,0	13.618,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7
V. DESPESAS	7.071,0	19.498,1	44.541,4	1.345,8	22.404,9	59.805,9	2.041,4	20.603,6	65.622,6	3.966,6	18.412,7	26.669,0	2.555,5
V.1 - Amortização da Dívida Interna	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6
V.1.2 - Dívida Contratual	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	15.019,2	-3.711,1	-19.647,4	32.715,7	8,0	-37.577,3	16.121,8	16.796,2	-43.751,3	16.134,2	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	13.299,0	22.850,8	-47.638,3	49.048,1	9.078,2	-32.492,7	24.820,8	40.785,2	-75.877,3	35.731,3	1.084,9	-2.238,0	11.010,6



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Nov/2007	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	2.483,1	10.154,6	31.528,5	4.709,1	6.232,6	14.519,7	5.753,4	26.244,5	2.301,3	4.022,9	5.596,3	17.412,2	2.682,9
I.1. Emissão de Títulos	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	1.800,0	5.300,0	37.724,6	800,0	0,0	16.500,0	2.000,0	0,0	29.000,0	1.200,0	0,0	16.300,0	2.200,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0
III. RESULTADO (I - II)	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Nov/2007	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	58,9	49,4	47,0	44,6	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,2	1,5	19,5	0,4	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-4,1	-15,7	54,8	39,3	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2
IV. PRONAF	110,0	74,8	224,2	34,0	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2
V. PROEX	35,0	102,6	-132,9	-10,5	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3
V.2. Concessão de Financiamento ¹	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	48,6	177,6	14,0	54,4	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	983,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	250,4	595,3	50,6	23,6	22,1	20,0	24,8	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1
XI. FUNCAFÉ	0,5	1,9	4,1	0,0	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	303,6	743,6	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9
XIII. TOTAL	1.787,1	1.731,2	231,2	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

	Nov/2007	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2008
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	595.868,4	610.408,2	600.252,2	602.298,4	601.469,9	592.388,5	594.780,9	622.143,9	625.730,9	625.853,6	624.506,8	614.743,6	618.081,8
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7
DPMFi em Poder do Público ¹	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7
DPMFi em Poder do Banco Central	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1
Demais Obrigações Internas	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4
I.2. HAVERES INTERNOS	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.191,9
Disponibilidades Internas	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.973,2
Haveres junto aos Governos Regionais	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1
Haveres da Administração Indireta	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.414,4
Haveres Administrados pela STN	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	109.927,2	108.604,2	107.101,5	102.933,6	105.949,9	99.312,1	97.301,5	95.817,2	93.260,1	96.053,5	110.044,8	118.724,4	129.555,8
II.1. DÍVIDA EXTERNA	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2
Dívida Mobiliária	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5
Dívida Contratual	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7
II.2. HAVERES EXTERNOS	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	705.795,5	719.012,4	707.353,7	705.232,0	707.419,8	691.700,6	692.082,5	717.961,0	718.991,0	721.907,1	734.551,6	733.468,0	747.637,6
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	26,1%	26,3%	25,6%	25,4%	25,3%	24,3%	23,9%	24,4%	24,3%	24,4%	24,6%	24,5%	24,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/2007	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2008
I. DÍVIDA INTERNA	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7
LFT	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6
LTN	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0
NTN-B	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5
NTN-C	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1
NTN-F	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2
Dívida Securitizada	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7
Demais Títulos em Poder do Público	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8
LFT	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3
LTN	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4
II. DÍVIDA EXTERNA	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5
Euro	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9
Global US\$	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7
Global BRL	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0
Demais Títulos Externos	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7
Organismos Multilaterais	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.696.593,9	1.706.903,1	1.673.771,3	1.708.923,2	1.725.624,3	1.686.297,2	1.709.917,2	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	62,7%	62,4%	60,7%	61,5%	61,6%	59,3%	59,0%	60,2%	57,5%	58,4%	58,6%	58,7%	59,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/2007	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2008
I. HAVERES INTERNOS	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.191,9
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.973,2
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1
Bônus Renegociados	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2
Antecipação de Royalties	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.414,4
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6
Fundos Constitucionais Regionais	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.482,0
Fundos Diversos	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0
Haveres de Operações Estruturadas	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7
Haveres Originários de Privatizações	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6
Haveres de Legislação Específica	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1
Demais Haveres Administrados pela STN	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6
II. HAVERES EXTERNOS	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	990.798,4	987.890,7	966.417,6	1.003.691,2	1.018.204,6	994.596,6	1.017.834,8	1.053.630,4	981.630,5	1.004.588,1	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.620,3
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	36,6%	36,1%	35,0%	36,1%	36,4%	35,0%	35,1%	35,8%	33,2%	34,0%	33,9%	34,3%	34,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2008/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	114.625,0	9.392,5	6.169,6	6.121,5	19.433,5	25.555,1	364.418,1	6.041,4	1.642,7	1.642,7	12.431,3	14.074,0
Senado Federal	127.145,6	19.022,9	9.646,7	9.517,3	16.875,5	26.392,8	59.516,6	15.623,8	9.672,4	9.650,8	21.130,4	30.781,1
Tribunal de Contas da União	35.146,7	17.790,2	3.481,3	3.478,5	3.608,0	7.086,5	61.538,6	52.079,5	5.828,3	5.824,4	25.967,7	31.792,1
Supremo Tribunal Federal	80.109,3	49.412,2	20.111,7	20.111,7	22.028,3	42.140,0	73.897,5	29.825,9	8.985,9	8.985,5	46.068,0	55.053,5
Superior Tribunal de Justiça	19.199,6	7.036,0	3.154,6	3.152,4	3.661,0	6.813,3	14.739,6	5.825,2	2.703,8	2.679,5	12.123,1	14.802,7
Justiça Federal ³	276.015,0	185.052,2	134.544,6	134.065,9	135.127,6	269.193,5	251.092,0	252.638,3	201.887,1	201.762,5	153.914,3	355.676,8
Justiça Militar	7.585,3	1.264,4	997,1	995,6	2.119,9	3.115,5	7.839,7	842,7	711,4	709,3	2.487,9	3.197,1
Justiça Eleitoral	198.910,3	117.974,4	62.202,4	61.205,1	54.385,3	115.590,4	344.714,1	221.976,1	171.778,8	165.316,4	83.599,1	248.915,5
Justiça do Trabalho	219.535,4	77.799,8	29.194,2	28.736,5	105.671,5	134.408,0	183.418,8	67.558,3	33.099,7	32.744,3	137.943,2	170.687,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	47.918,0	24.067,9	3.983,5	3.334,7	24.174,7	27.509,4	30.471,3	18.956,2	8.853,3	8.746,8	43.754,9	52.501,6
Presidência da República ⁴	873.365,5	233.238,0	146.792,9	131.850,4	84.789,0	216.639,4	1.741.356,7	413.832,9	194.519,7	188.037,0	243.164,9	431.201,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.706,5	30.029,6	2.463,0	2.229,4	136.472,2	138.701,6	53.197,1	13.428,2	1.133,0	1.132,8	16.229,4	17.362,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	535.761,0	204.457,0	80.528,0	72.260,8	222.505,8	294.766,5	828.070,1	361.673,8	96.854,4	69.750,8	326.196,9	395.947,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.020.391,8	546.599,7	281.113,1	210.312,9	326.703,1	537.016,0	1.157.699,8	688.848,5	310.401,2	284.841,5	257.829,2	542.670,7
Ministério da Fazenda ⁵	285.003,7	66.008,3	33.147,6	32.609,9	219.626,1	252.236,0	476.141,1	328.805,2	291.766,3	291.260,5	127.622,3	418.882,8
Ministério da Educação	2.152.278,7	699.575,9	318.357,9	304.108,7	751.960,4	1.056.069,1	3.033.230,1	1.299.118,9	650.579,6	625.038,2	1.569.758,7	2.194.796,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	218.757,1	140.919,3	8.870,1	8.838,9	47.701,6	56.540,4	196.170,7	31.964,4	19.326,5	19.326,1	22.461,0	41.787,1
Ministério da Justiça	994.884,1	580.721,4	250.672,2	248.697,3	426.240,6	674.937,9	1.709.537,6	626.184,8	225.925,6	222.551,9	262.962,8	485.514,7
Ministério de Minas e Energia	49.286,1	17.329,7	9.159,3	8.833,5	16.237,3	25.070,8	62.247,6	17.166,7	7.416,2	7.383,7	17.748,8	25.132,5
Ministério da Previdência Social	83.300,0	25.397,6	8.201,5	7.770,2	82.040,5	89.810,7	158.528,2	35.360,3	16.182,3	15.335,0	51.992,1	67.327,1
Ministério Público da União	315.342,4	137.285,7	61.389,0	61.359,4	79.794,5	141.153,9	183.500,6	44.706,1	6.173,9	6.143,1	157.428,4	163.571,5
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	12.084,5	11.339,7	11.333,0	6.568,5	17.901,5	38.569,2	35.986,9	34.791,0	34.791,0	1.317,1	36.108,2
Ministério da Saúde	4.670.596,3	757.547,9	216.168,6	213.736,7	1.141.466,7	1.355.203,3	3.786.008,6	1.254.857,8	187.245,9	184.959,7	845.331,7	1.030.291,4
Ministério do Trabalho e Emprego	64.485,9	43.749,3	25.018,1	25.013,1	33.377,3	58.390,4	101.047,2	22.473,8	14.193,6	11.738,6	6.851,2	18.589,8
Ministério dos Transportes	10.523.285,3	6.394.890,4	2.544.194,2	2.193.756,5	2.095.628,2	4.289.384,7	9.835.797,6	5.105.459,9	1.500.504,8	1.331.742,0	3.695.374,5	5.027.116,5
Ministério das Comunicações	174.495,3	12.159,5	9.365,4	9.365,4	92.671,1	102.036,4	39.284,4	2.513,3	756,8	756,8	95.017,2	95.774,0
Ministério da Cultura	241.998,7	68.666,3	23.407,5	23.282,4	61.018,5	84.300,9	262.466,4	55.820,9	16.996,8	15.947,8	72.630,5	88.578,3
Ministério do Meio Ambiente	93.417,4	14.258,9	3.323,6	3.304,6	31.018,5	34.323,1	169.575,0	19.293,3	8.510,7	8.495,2	24.286,5	32.781,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.898.251,9	1.292.357,0	819.165,6	818.552,7	237.909,5	1.056.462,3	1.898.593,4	922.283,2	679.092,3	677.742,2	395.326,6	1.073.068,8
Ministério do Esporte	607.201,0	363.737,7	148.706,5	148.706,5	226.293,5	375.000,1	886.822,9	456.083,8	5.822,6	5.822,6	170.795,3	176.617,8
Ministério da Defesa	3.271.790,0	2.256.817,3	1.320.783,2	1.286.198,2	707.218,2	1.993.416,4	4.765.438,1	3.272.115,1	1.482.755,2	1.444.678,2	1.479.014,5	2.923.692,7
Ministério da Integração Nacional	4.059.851,6	1.543.172,5	214.226,6	212.816,6	718.902,4	931.719,1	5.488.264,0	2.579.437,8	331.237,0	324.259,0	1.325.706,2	1.649.965,2
Ministério do Turismo	1.334.598,0	533.047,1	9.408,0	8.449,0	392.411,8	400.860,8	2.000.758,3	961.191,7	40.302,2	38.761,7	644.311,4	683.073,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	236.110,2	93.943,1	15.168,1	15.168,1	50.167,8	65.335,9	183.718,7	72.109,1	43.862,2	43.656,9	52.095,3	95.752,1
Ministério das Cidades	5.911.380,6	3.184.326,3	62.462,2	50.493,1	925.533,5	976.026,7	7.040.400,9	4.242.893,9	775.699,7	774.889,9	3.485.172,6	4.260.062,5
TOTAL	40.839.888,3	19.761.132,6	6.896.917,5	6.379.766,6	9.501.341,8	15.881.108,4	47.488.070,6	23.534.977,7	7.387.212,9	7.067.104,3	15.886.044,9	22.953.149,1

Dados preliminares.

47.488.070,63 23.534.977,675270 7.387.217,791250 7.067.104,260470 15666130,28

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁵ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 11 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

NOVEMBRO / 2008

Comentários

Em Novembro de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 26,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.180.359,2 (mil), ante R\$ 5.666.291,5 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Janeiro a	Outubro	Novembro	Janeiro a	Nov / 2008	Nov / 2008	Jan a Nov/ 2008
			Novembro			Novembro	Out / 2008	Nov / 2007	Jan a Nov/ 2007
FPM	2.453.447,9	2.876.616,3	29.604.344,2	2.897.545,3	3.671.774,7	36.269.685,3	26,7%	27,6%	22,5%
FPE	2.344.405,5	2.748.766,5	28.288.593,1	2.768.746,2	3.508.584,5	34.657.678,3	26,7%	27,6%	22,5%
IPI-Exp	258.329,0	254.626,3	2.381.524,2	280.252,5	268.547,7	2.811.348,6	-4,2%	5,5%	18,0%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
NOVEMBRO	+ 28,0 %	26,7 %	+ 28,0 %	+ 26,7 %	+ 12,0 %	+ 5,5 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	DEZ/NOV	JAN/DEZ	FEV/JAN
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 6,0 %	+ 22,0 %	- 9,0 %
IPI - EXP	- 52,0 %	+ 120,0 %	- 5,0 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2008 a 20/11/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
OUT/3º DEC	557.309	12.214.663	12.771.972	NOV/1º DEC	2.242.637	2.346.946	45.515	4.635.098
NOV/1º DEC	266.801	2.737.919	3.004.720	NOV/2º DEC	527.600	552.140	21.790	1.101.530
NOV/2º DEC	2.464.095	1.740.843	4.204.938	NOV/3º DEC	738.347	772.689	201.243	1.712.279
TOTAL	3.288.205	16.693.425	19.981.631	TOTAL	3.508.585	3.671.775	268.548	7.448.907

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	19.313,1	120.028,7	33,3
ALAGOAS	AL	87.364,2	145.960,6	945,1
AMAZONAS	AM	54.129,0	97.903,5	3.746,5
AMAPÁ	AP	14.166,8	119.712,9	178,3
BAHIA	BA	334.906,0	329.673,6	18.712,1
CEARÁ	CE	191.869,4	257.421,3	2.345,3
DISTRITOFEDERAL	DF	6.094,2	24.216,3	211,0
ESPÍRITOSANTO	ES	63.343,9	52.628,8	11.991,8
GOIÁS	GO	133.332,6	99.752,6	3.546,6
MARANHÃO	MA	153.317,8	253.256,6	3.157,2
MINASGERAIS	MG	482.188,8	156.289,9	32.057,9
MATOGROSSODOSUL	MS	55.905,7	46.734,3	1.604,0
MATOGROSSO	MT	67.089,4	80.974,6	3.313,2
PARÁ	PA	132.479,2	214.444,7	13.550,9
PARAÍBA	PB	118.639,0	168.022,6	632,0
PERNAMBUCO	PE	183.390,5	242.099,4	1.778,8
PIAUI	PI	91.421,1	151.620,0	74,9
PARANÁ	PR	249.435,6	101.159,5	26.194,7
RIODEJANEIRO	RJ	108.680,9	53.600,6	38.569,8
RIOGRANDEDONORTE	RN	92.666,6	146.585,2	558,6
RONDÔNIA	RO	32.210,8	98.787,7	578,8
RORAIMA	RR	11.231,6	87.037,5	12,8
RIOGRANDEDOSUL	RS	249.417,6	82.620,1	32.288,8
SANTACATARINA	SC	142.744,5	44.902,9	18.379,5
SERGIPE	SE	54.786,5	145.792,2	263,5
SÃO PAULO	SP	485.315,7	35.085,8	53.709,5
TOCANTINS	TO	56.334,2	152.272,6	112,7
TOTAL		3.671.774,7	3.508.584,5	268.547,7

Obs.:Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone:(61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email:transferencias.stn@fazenda.gov.br

Boletim FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 11 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

NOVEMBRO / 2008

Em Novembro de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 5.423.274 (mil), ante R\$ 5.312.850 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um pequeno acréscimo de 2,08% em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento os acréscimos da ordem de 26,7 % do FPE e do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp .

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Origem	R\$ Mil					
	Novembro	Participação	Outubro	Participação	Variação	
FPM	824.092	15,2%	650.324	12,2%	26,7%	
FPE	787.466	14,5%	621.417	11,7%	26,7%	
IPI-EXP	60.273	1,1%	62.900	1,2%	-4,2%	
LC 87/96	29.786	0,5%	29.786	0,6%	0,0%	
ITR	2.911	0,1%	15.563	0,3%	-81,3%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	317.460	5,9%	317.460	6,0%	0,0%	
IPVA	62.809	1,2%	73.028	1,4%	-14,0%	
ITCMD	18.158	0,3%	16.152	0,3%	12,4%	
ICMS	3.320.318	61,2%	3.526.220	66,4%	-5,8%	
TOTAL	5.423.274	100,0%	5.312.850	100,0%	2,08%	

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio do telefone: (61)3966-4232 ;
- por meio do FAX: (61)3966-4664;
- por meio do e-mail: fundeb@fnde.gov.br;
- por correspondência endereçada à:

Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação

Endereço : SBS Quadra 02 Bloco F, Ed. Áurea – sala 1202
CEP: 70.070-929 Brasília-DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	20.055.748	11.255.661	31.311.409	4.764.022	2.673.658	7.437.680
AL	18.669.751	45.341.473	64.011.224	7.791.765	18.923.129	26.714.894
AM	16.901.681	20.597.143	37.498.824	33.525.559	40.855.744	74.381.303
AP	22.471.559	7.741.928	30.213.487	993.876	342.411	1.336.287
BA	70.823.049	156.483.665	227.306.715	46.814.443	103.436.603	150.251.046
CE	35.006.082	108.861.041	143.867.123	15.201.230	47.272.403	62.473.632
DF	7.099.897	-	7.099.897	-	-	-
ES	10.883.938	19.123.754	30.007.691	31.043.248	54.544.915	85.588.163
GO	27.834.707	25.871.857	53.706.564	55.101.045	51.215.425	106.316.470
MA	43.699.396	128.579.858	172.279.254	10.282.623	30.255.297	40.537.920
MG	87.511.731	67.092.825	154.604.555	221.438.144	169.770.500	391.208.644
MS	11.502.593	12.704.094	24.206.687	33.402.943	36.892.041	70.294.984
MT	18.792.200	16.025.699	34.817.899	36.818.608	31.398.343	68.216.951
PA	51.294.298	106.729.017	158.023.315	8.138.199	16.933.304	25.071.504
PB	28.582.071	40.187.119	68.769.189	12.194.716	17.146.082	29.340.797
PE	46.574.187	66.448.261	113.022.448	41.104.417	58.644.437	99.748.853
PI	22.017.344	45.665.207	67.682.551	7.166.692	14.864.122	22.030.814
PR	48.512.093	39.371.340	87.883.433	104.951.377	85.176.213	190.127.589
RJ	17.633.766	29.228.260	46.862.026	116.166.090	192.547.222	308.713.312
RN	23.066.210	30.869.164	53.935.374	14.985.627	20.055.040	35.040.667
RO	16.518.325	13.104.737	29.623.062	18.199.443	14.438.444	32.637.886
RR	16.618.613	5.453.688	22.072.301	3.592.966	1.179.095	4.772.061
RS	47.346.440	37.736.707	85.083.147	102.004.553	81.301.064	183.305.617
SC	24.622.868	22.733.147	47.356.015	72.882.725	67.289.224	140.171.949
SE	18.948.187	26.208.709	45.156.896	9.486.384	13.121.355	22.607.739
SP	79.279.041	59.402.090	138.681.131	690.206.455	517.156.937	1.207.363.392
TO	27.498.865	19.407.654	46.906.519	9.142.862	6.452.685	15.595.547
TOTAL	859.764.641	1.162.224.096	2.021.988.737	1.707.400.011	1.693.885.690	3.401.285.702

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br